

Distopia das bets



Por **LARA FERREIRA LORENZONI & MARCELO SIANO LIMA***

A aposta, a jogatina, foi o que nos restou em um capitalismo cada vez mais plataformizado e financeirizado

1.

A aclamada série *Round 6* retorna aos holofotes em nova temporada e, mais uma vez, chama a atenção como uma espécie de espelho grotesco e repulsivo da realidade. O enredo é marcado por violência explícita, atitudes desesperadas, luta por sobrevivência e apostas mortais. Em suma, é colocado às escâncaras o hipotético estado de natureza hobbesiano em uma versão pós-moderna e aterrorizante.

Protagonizada por jogadores, todos altamente empobrecidos, endividados e praticamente sem chance de sobrevivência material no mundo das trocas intermediadas pelo capital, a trama se desenvolve em torno do personagem Seong Gi-hun. Ele, o Jogador 456, é a síntese do “perdedor” na racionalidade neoliberal: desempregado, pobre, com uma vida familiar arrasada e um elevado débito perante diversos agiotas. Isto é, um dispêndio, um déficit produtivo. Um descartável.

Sua última chance para se redimir: servir de peça de tabuleiro contra outros na mesma situação em jogos letais para o deleite de um seleto grupo de pagantes/espectadores. Quem sabe assim consiga o grande prêmio final em dinheiro, que se acumula cada vez mais com a morte (física e literal) de cada um dos participantes.

Os eliminados do jogo, vale esclarecer, pagam com a própria vida. A propósito, a morte, aqui, não é tratada com qualquer cerimônia. O mal banal, conforme se verifica em qualquer campo de concentração, é gritante. Os “funcionários”, ou “soldados” encarregados de dar prosseguimento aos trâmites da sinistra competição perpetuam assassinatos e fazem o recolhimento de corpos com a naturalidade de quem bebe um copo d’água. E não poderia ser diferente, pois o recado latente é muito nítido: “Estamos fazendo um favor à sociedade ao retirar estes miseráveis imundos de circulação”. É, mais uma vez, a arte representando a dura concretude do mundo material.

Há muito, já se sabe que o sistema de produção e reprodução da mercadoria e da vida hoje dominante gera excedentes – tanto mercadológicos quanto humanos. Isso tem por consequência nefasta a descartabilidade. No capitalismo de plataforma da atual quadra histórica e no jogo tétrico de *Round 6*, jaz uma guerra contínua com a morte em massa por meio do caráter supérfluo da humanidade que organiza o fenômeno da “vida nua” – vida politicamente desqualificada e matável. Os matáveis são colocados como peões na mesa para combaterem entre si, numa lógica bélica e binária de matar ou morrer.

É a brutalidade de um estado de natureza hobbesianamente encenado, em que todos são potenciais inimigos e o afeto prevalente é o medo da morte violenta. Algo não muito distante de uma realidade em que já não há cidadãos ou classe

trabalhadora organizada. Todos são mônadas, empresas individuais (“empreendedores de si”), portanto, concorrentes. E a concorrência, como se sabe, precisa ser anulada.

Na série, o extermínio impassível, a frieza diante da barbárie, o egoísmo e a trapaça são a todo o tempo incentivados e premiados. Mais do que isso, são condição *sine qua non* à autopreservação. Depois, isso é apresentado como uma fatalidade: os homens, dada a sua competitividade e individualismo natos, estariam fadados a se devorar. É a derradeira aposta do “dono da bola”, o jogador 001, nas cenas finais da primeira temporada. É a conclusão cínica utilizada há séculos para justificar uma sucessão de violações a direitos e garantias fundamentais em relação aos mais vulneráveis.

2.

Aliás, voltando-se a Thomas Hobbes, cabe aqui um parêntese na forma de questionamento: o filósofo inglês, no século XVII, ao sintetizar em sua obra um comportamento cruel e cheio de animosidade para com o outro, estaria de fato deduzindo uma metafísica “natureza humana”, ou descrevendo a guerra e o canibalismo político que testemunhava na elevação da civilização moderna europeia? Noutros termos: a compulsão por destruir o outro seria uma essência inata cujo controle nos escapa, ou uma invocação social ao estado de exceção permanente? A ver.

No campo criminológico crítico, já se tratou do que teria sido o chamado giro punitivo para dar conta do novo plano habitacional da miséria no neoliberalismo – a prisão-pena, com o fenômeno do hiperencarceramento. Acontece que, no capitalismo pós-industrial, principalmente em sua periferia, não se pretende mais moldar corpos dóceis para o trabalho, algo que se encontra em franca extinção. A riqueza tornou-se autopoietica, o capital multiplica o capital. Não se faz mais necessário que o ser humano, como peça de produtividade, seja preservado, sofra “manutenções” em atenção à otimização e ao lucro. Em vez de um exército industrial de reserva, jaz um contingente financeiro de miséria.

Não por acaso, vivenciamos a distopia das *bets*: tal como em *Round 6*, a aposta, a jogatina, foi o que nos restou em um capitalismo cada vez mais plataformizado e financeirizado. Nele, o mundo do trabalho passa por uma verdadeira destruição de todos os paradigmas sobre os quais se estruturou desde o século XIX, e o motor da economia desloca-se da produção para o rentismo, ceifando plantas produtivas.

Isso gera cada vez mais subempregados, precarizados, desempregados, desalentados e matáveis. As estruturas de emprego e de seguridade social se tornaram líquidas. Ao indivíduo, resta a luta pela sobrevivência, submetendo-se a uma realidade de exploração dantesca, ou ao simples apagamento social do seu corpo, do seu ser.

O Brasil é um país que cultua firmes laços com uma estrutura autoritária e excludente ancestral, em que a modernidade é sempre tardia. Nosso Estado de Bem-Estar Social, normativamente, nasceu com a Constituição de 1988, no exato momento em que a gramática neoliberal se afirmava por todo o planeta, destroçando quaisquer traços de igualdade e de reconhecimento de direitos individuais e coletivos. Com a crise institucional iniciada em 2013, agravada pelo golpe parlamentar de 2016, o Estado brasileiro se moveu para a posição de agente promotor de toda a desestruturação do que a Constituição havia erigido.

A classe trabalhadora brasileira, que se fortalecera nas lutas sindicais do período da redemocratização na década de 1970, perdeu suas referências mais elementares. Nesse panorama, avançaram, com força titânica, tanto a subjetividade quanto o credo neoliberal, edulcorando o empreendedorismo e a meritocracia, apresentados como soluções modernas e sofisticadas no enfrentamento aos desafios contemporâneos. Esses princípios criaram raízes em um imaginário social conturbado pelas crises e amedrontado pela miséria e perda do poder aquisitivo. Como em *Round 6*, o indivíduo luta, com todos os meios

disponíveis, para manter-se em um jogo que dele prescinde cada vez mais.

As profundas mudanças que experimentamos têm conferido à atual conjuntura um caráter dramático e singular. O jogo é cruel, e as *bets*, as empresas de aposta, vão se impondo como uma miragem do próprio Éden, um oásis, uma solução rápida ao alcance dos dedos em meio a um cotidiano desértico e massacrante. Os alvos, como na série sul-coreana, são os seres indesejáveis, cuja vida é dispensável, é cancelável, em um planeta que não comporta condições de dignidade humana para toda a população.

Nesse cenário, partir para o “tudo ou nada”, dispor da própria vida – biológica e/ou simbólica -, colocar os últimos recursos materiais de garantia da própria existência em risco já não parece algo tão absurdo, dada a irracionalidade suprema na qual se esteia a civilização dos cassinos algorítmicos. É verdade que nunca se apostou tanto. Também nunca se pagou tanto para morrer. Romper com esse ciclo de horror requer coragem e obra coletiva. Para isso, primeiramente, necessário retornar às primeiras lições de política, ao entendimento da vida como experiência partilhada, em comunidade, enfim e mais uma vez, à condição humana da pluralidade.

***Lara Ferreira Lorenzoni**, advogada, é doutora em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV).

***Marcelo Siano Lima**, historiador, é doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)